

## **MIGRAÇÕES PARA O CAMPO ATRAVÉS DA REFORMA AGRÁRIA: UMA ANÁLISE DOS PAPÉIS DA FAMÍLIA NESSE PROCESSO**

## **MIGRACIÓN AL CAMPO A TRAVÉS DE LA REFORMA AGRARIA: UN ANÁLISIS DE LAS FUNCIONES DE LA FAMILIA EN ESE CASO**

**Silvia Lima de Aquino**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – CPDA/UFRRJ. Bolsista: FAPERJ Nota 10  
silvia.aquino@gmail.com

**Alex Alexandre Mengel**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – CPDA/UFRRJ. Bolsista: CNPq  
alexmengel@hotmail.com

### **Resumo**

Este trabalho propõe realizar uma reflexão sobre a noção de família e suas relações com as migrações para o campo em virtude da reforma agrária. Para tanto, em um primeiro momento, problematizaremos a categoria família e o conceito de migração. Posteriormente, discutiremos a possibilidade da existência de um movimento contrário, isto é, de migrações para o campo através da criação de assentamentos rurais. Por fim, analisaremos relatos em que assentados destacam o papel da família na migração para o assentamento. Relatos estes apreendidos a partir da aplicação de entrevistas semi-estruturadas e da observação participante nos assentamentos Ilha Grande e Che Guevara, localizados em Campos dos Goytacazes - RJ. Esta análise nos possibilitará, por um lado, perceber que a migração, quando relacionada ao debate sobre o campo, nem sempre pode ser tomada *a priori*, como um fenômeno negativo, se resumindo ao êxodo rural, já que pode estar relacionada ao retorno ou entrada de indivíduos no campo. E, por outro, que migrar não significa, necessariamente, ruptura de laços familiares, mas, em alguns casos, a única possibilidade de manutenção destes laços, sendo a família, independentemente de como é classificada pelos assentados, um elemento fundamental neste processo, seja como apoio ou como incentivo para os deslocamentos.

**Palavras-chave:** Família. Migração. Reforma agrária. Assentamentos. agricultores.

### **Resumen**

En este trabajo se propone llevar a cabo una reflexión sobre el concepto de familia y sus relaciones con la migración a las zonas rurales, debido a la reforma agraria. Por lo tanto, en un primer momento, discutimos la noción de familia y el concepto de migración. Posteriormente, se discute la posibilidad de un movimiento contrario, es decir, la migración hacia las zonas rurales a través de la creación de asentamientos rurales. Por último, analizamos testimonios donde los agricultores reasentados hablan del papel de la familia en la migración a los asentamientos rurales. Estas declaraciones fueron

extraídas mediante la aplicación de entrevistas semiestructuradas con los agricultores que viven en asentamientos rurales llamado Ilha Grande y Che Guevara, que pertenecen a Campos Goytacazes – RJ. Este análisis nos permitirá, en primer lugar, darse cuenta de que la migración relacionada con las áreas rurales, no siempre puede ser caracterizado como un fenómeno negativo limitado al éxodo rural, ya que puede estar relacionado con el retorno de las personas o su entrada en el campo. Además se ha observado que la migración no significa en absoluto la ruptura de los lazos familiares, pero en algunos casos la única posibilidad de mantener esos vínculos, donde la familia, independientemente de la forma en que se clasifica, es un elemento clave en este proceso, sea como soporte o como incentivo para la migración.

**Palabras clave:** Familia. Migración. Reforma agraria. Asentamientos rurales. Agricultores reasentados.

### **Introdução**

No âmbito das relações familiares a migração, sobretudo, no mundo rural, é por vezes caracterizada como um elemento causador de rupturas de laços. Em um primeiro momento pressupõe-se que ao abandonar seu lugar de origem o indivíduo também abre mão das relações sociais que ali construiu, uma vez que deixa de residir no mesmo local que aqueles indivíduos que lhes eram próximos. A análise destes processos a partir da interpretação dos próprios sujeitos que os vivenciaram ou vivenciam sugere o estabelecimento de um questionamento acerca desta ideia de ruptura e, conseqüentemente, coloca a necessidade de verificar outros possíveis arranjos proporcionados pelo binômio família e migrações.

Neste sentido, este trabalho propõe, inicialmente, realizar uma breve problematização, a respeito da ideia de família e do conceito de migração. O objetivo desta problematização é o de auxiliar, posteriormente, a reflexão sobre as relações entre a família e as migrações de indivíduos para o campo, em virtude da implementação da reforma agrária, situação em que estão em jogo, justamente, as apropriações desta noção tanto pelos assentados, quanto pelos movimentos sociais e órgãos oficiais que participam deste processo. Para subsidiar esta reflexão tomamos como mote as migrações de retorno ou entrada no campo, favorecidas pela constituição de assentamentos rurais. Partimos do pressuposto de que o estabelecimento do processo de reforma agrária é um fator capaz de potencializar um movimento contrário, em que migrações em direção ao campo são motivadas.

Para fundamentar esta discussão nos apoiaremos na análise de informações que foram obtidas a partir de um trabalho de campo realizado em dois assentamentos rurais situados na região Norte do Estado do Rio de Janeiro, mais precisamente no município de Campos dos Goytacazes, denominados Che Guevara e Ilha Grande<sup>1</sup>. Estes assentamentos foram estabelecidos em janeiro de 1998, em duas fazendas produtoras de cana-de-açúcar, pertencentes à Companhia Agrícola Baixa Grande. As fazendas chamavam-se, respectivamente, “Ilha Grande” e “Marrecas”, ambas situadas na localidade de Marrecas que dista, aproximadamente, 48 quilômetros do perímetro urbano de Campos dos Goytacazes (FAPUR, 2001; FAPUR, 2002). A conformação destes assentamentos se deu em virtude de um processo de retomada das ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Rio de Janeiro na década de 1990. Neste momento observa-se em Campos dos Goytacazes a existência de vastas extensões de terras improdutivas, resultantes da crise na atividade canavieira, que durante séculos concentrou a estrutura fundiária e, por conseguinte, recursos econômicos e poder político neste município.

Entendemos que a reflexão aqui proposta supõe a necessidade de nos colocarmos, de certa forma, na contramão dos estudos migratórios tradicionais, comumente apoiados em dados estatísticos. Neste contexto a análise qualitativa surge como um caminho fecundo, uma vez que existem aspectos que os números por si só não são capazes de apreender. Deste modo, neste trabalho procuraremos valorizar as percepções dos próprios assentados sobre suas trajetórias migratórias até a chegada aos assentamentos, situações em que a família recorrentemente é mencionada, apresentando-se como um referencial fundamental para o sujeito que narra. Esta observação favorece a compreensão das representações dos assentados acerca do papel da mesma em diferentes circunstâncias.

Para acessar estas percepções utilizamos como ferramenta metodológica, durante trabalho de campo nos assentamentos descritos, a observação participante atrelada à aplicação de vinte entrevistas semi-estruturadas entre os assentados. Optamos por uma abordagem qualitativa, norteadas pela análise das lembranças presentes nas memórias destes assentados e explicitada por meio dos relatos construídos nas entrevistas. As entrevistas se tornaram verdadeiras conversas, onde os assentados puderam falar de suas

trajetórias de vida até a chegada ao assentamento. As entrevistas foram gravadas com o auxílio de um gravador digital e os principais temas abordados foram classificados.

Dito isso, este artigo está dividido em cinco partes. A primeira consiste nesta introdução. A segunda parte é dividida em dois subtítulos, onde problematizaremos os conceitos de família e migração, na tentativa de desnaturalizá-los. Na seção dedicada à discussão a respeito da ideia de família, ao analisar os trabalhos de autores como Lévi-Strauss, Pierre Bourdieu, Sarti, Zonabend, dentre outros, veremos que a referida categoria não possui limites pré-definidos como, por exemplo, pela consanguinidade, mas que ao contrário, é dotada de várias dimensões. Deste modo, ora pode ser tomada uma categoria de percepção do mundo social, ora pode ser interpretada como categoria oficial, ao ser utilizada pelo Estado, ou ainda pode, por exemplo, ser entendida como uma instituição responsável por organizar a vida social. Ainda nesta parte, no item em que debatemos o conceito de migração, colocamos a necessidade de observar a migração por meio um ponto de vista qualitativo. Desta forma, a partir da reflexão de autores como Menezes, Creed, Woortman, Durhan, dentre outros, observaremos que este se trata de um fenômeno multifacetado e que, portanto, não significa mobilidade apenas entre limites geográficos, na medida em que favorece a emergência de uma diversidade de relações sociais. Nestas relações também estão em jogo deslocamentos entre fronteiras políticas, culturais, linguísticas e tudo isso, pode ocorrer dentro de um mesmo país.

Na terceira parte deste artigo discutiremos as implicações do processo de migração para assentamentos de reforma agrária, sendo este um espaço diferenciado, de relações distintas das encontradas tanto no perímetro urbano, quanto nas propriedades privadas situadas no campo. Na quarta parte procuraremos analisar, de fato, o papel da família na efetivação dos deslocamentos dos assentados até a chegada aos assentamentos. Deste modo, privilegiaremos os relatos e percepções dos assentados a este respeito. A última parte se trata das considerações finais, onde retomaremos os principais temas abordados ao longo do artigo.

### **Problematizando os conceitos de família e migração**

Algumas noções são naturalizadas, por isso, sob a aparência de serem a primeira vista objetivas, passam a ser caracterizadas como universalizantes. Assim, para

Bourdieu (2005, p. 49) “*a força do pré-construído está em que, achando-se inscrito ao mesmo tempo nas coisas e nos cérebros, ele se apresenta com as aparências da evidência, que passa despercebida porque é perfeitamente natural.*” E isto ocorre tanto com o conceito de família quanto com o de migração.

Segundo Zonabend (1996, p.13), “*a palavra família banalizou-se de tal forma no nosso dia-a-dia, tão corrente é na literatura, seja ela erudita ou popular, que temos dificuldade em recensear todas as suas ocorrências.*” Já para Comerford (2006), a categoria migração, frequentemente, é interpretada como um conceito designativo, o que ocasiona a criação de uma espécie de barreira epistemológica, que não permite uma reflexão mais acurada a respeito do seu significado.

Assim, a naturalização de categorias como estas impede que compreendamos o modo pelo qual certas ações se configuram, são concebidas e vividas pelos sujeitos que as compõem (COMERFORD, 2006). Por isso, torna-se essencial empreender o exercício de *desconstruí-las*. Realizar esta ruptura implica em uma conversão do olhar que, por sua vez, desemborque um novo caminho para interpretar a noção que está em jogo (BOURDIEU, 2005).

Ao partirmos do entendimento de que conceitos são resultantes de arranjos provenientes de um dado momento histórico, a tentativa de desconstruí-los sugere, em um primeiro momento, apreendê-los a partir dos mecanismos de sua legitimação e institucionalização, bem como o exame dos seus usos e sentidos locais para, em seguida, confrontá-los e questioná-los, possibilitando um avanço nas análises (BOURDIEU, 2007).

### **A categoria família**

*“Não haveria sociedade sem famílias, mas também não haveria famílias se não houvesse uma sociedade” (LÉVI-STRAUSS, 1996)<sup>2</sup>.*

Todos nós julgamos saber o que é família. Ela parece integrar uma ordem natural, por isso, comumente é caracterizada como um dado universal (BONTE E IZARD, 1991). Afinal, segundo Lévi-Strauss (1996) “*não nascemos e crescemos, cada*

*um de nós, numa família que nos ligam os sentimentos mais profundos?”*<sup>3</sup> Assim como Bonte e Izard, Zonabend (1996) afirma que:

Antes de sermos nós mesmos, somos o filho ou a filha de Fulano ou Beltrano, nascemos numa família e, antes que possamos ter uma existência social própria, é por um nome de família que nos referem. As primeiras palavras que qualquer criança aprende (...) são as que designam seu pai e sua mãe e, logo em seguida, os demais vocábulos de parentesco... Assim o mundo se reparte entre os Seus e os Outros. Acontecem que estes Outros também integram famílias e também eles são referidos pelos Seus em termos de parentesco. A família surge-nos assim como um fato natural (...) como atributo da condição humana (ZONABEND, 1996, p.14).

Em decorrência disto, para Lévi-Strauss (1986),

Tão clara parece a palavra, tão próxima da experiência quotidiana a realidade que ela encobre, que o que se diz sobre a família não deveria constituir mistério. No entanto, os etnólogos descobrem a complicação até nas coisas familiares (LÉVI-STRAUSS, 1986, p. 69).

E é exatamente em virtude da aparente clareza que esta noção carrega que raramente a questionamos, a fim ultrapassarmos as concepções dadas. Mas, quais os significados que esta categoria comporta? Quais são os sujeitos que podem ser considerados nossos familiares e aqueles que não são incluídos nesta concepção? Em que momento recorreremos à organização que estabelecemos como família? Porque o fazemos?

Ao colocarmos estas questões torna-se fundamental buscarmos situar alguns debates a respeito do significado desta noção e as análises antropológicas se prestam bem a este papel. Ora, ao explorar universos distintos os etnólogos, através da observação e interação com diferentes grupos familiares, puderam reconhecer referências fundamentais e identificar os instrumentos de medidas essenciais à compreensão da existência e do papel da instituição família (ZONABEND, 1996).

Assim, para Sarti (1992) o estudo dos sentidos da categoria “família”, juntamente com o “parentesco” pode ser considerado um dos principais pilares da formação da Antropologia.<sup>4</sup> Por isso, esta autora assevera que esta ciência é capaz de fornecer um instrumental teórico fundamental para pensarmos a desnaturalização e “desuniversalização” desta família tal qual conhecemos na nossa sociedade. Do mesmo modo que Sarti (1992), Zonabend (1996) aponta que, para que o significado da noção

de família seja apreendido em determinados contextos como, por exemplo, no estudo de sua história é preciso, pois, interrogar a sua universalidade.

Ao refletirmos acerca da noção de família e ao observamos como ela está presente na bibliografia e em distintos contextos etnográficos, veremos que esta categoria possui diferentes significados. Para Barnard e Spencer (2002) família é um dos termos mais abordados e discutidos pelos trabalhos antropológicos. No entanto, sua definição nem sempre é clara e consensual, uma vez que o termo pode abarcar uma infinidade de significados que têm como pano de fundo o parentesco e a conectividade entre sujeitos. Neste sentido, o termo família pode se referir tanto a um grupo restringido, quanto a uma rede mais alargada e profunda de parentes que não partilham a mesma habitação.

Estes autores acrescentam ainda que as pessoas, em geral, sabem o que querem dizer quando fazem uso da palavra família. O seu significado também é normalmente claro para os outros, em função do contexto em que ela é utilizada. Contudo, eles acreditam que a maioria destas pessoas, caso fossem solicitadas, encontraria dificuldades em definir precisamente o que classifica ou não como família, bem como o leque de relações que esta noção abrange.

Williams (1976) assevera que a definição do que vem a ser “família” possui uma história social especialmente significativa. Palavra de origem latina, na língua inglesa tem seu significado relacionado ao lar e suas atividades. Entretanto, seu sentido pode se referir seja a um grupo de criados, seja a um grupo de parentes consanguíneos e de criados que vivem juntos na mesma habitação. Ademais, este conceito tem como ramificação o adjetivo “familiar”, cujas principais acepções referem-se *a amigo ou íntimo de alguém; bem conhecido, bem acostumado ou habitual* (WILLIAMS, 1976, p. 131). Para este autor, estas interpretações advêm da experiência de pessoas que residiam juntas em uma mesma casa, em estreitas relações recíprocas e acostumadas ao modo de ser umas das outras. Por isso, estes usos não estão de forma alguma relacionados com o sentido de consanguinidade.

Zonabend (1996) observa que a palavra família aparece em Roma para designar um conjunto de escravos e servidores vivendo sob o mesmo teto. Posteriormente, esta definição se estendeu a toda a casa. Ou seja, passou a designar o grupo formado pelo senhor, mulher, filhos e servidores vivendo sob seu domínio em uma mesma habitação.

Já para Fortes (1969) a família pode ser entendida como um conjunto de relações que só existe efetivamente se for reconhecida socialmente.

Bonte e Izard (1996) enumeram algumas definições acerca da noção de família, como aquela desenvolvida por Littré e a descrita pela Enciclopédia Britânica. Para o primeiro, residência comum e sangue partilhado são os principais critérios para a definição de família. Já a referida enciclopédia acrescenta que além da residência comum, a família seria caracterizada pela cooperação econômica e pela reprodução realizada por dois adultos de sexos opostos, através de relações sexuais socialmente admissíveis.

Haja vista estas definições, Barnard e Spencer (2002) asseveram que “família” como um conceito analítico, bem como a própria família, singular ou plural, tem sido vista cada vez menos como uma instituição “natural”, calcada em uma organização social composta por indivíduos, em geral, do mesmo sangue, para ser interpretada como uma instância culturalmente e historicamente específica, um sistema simbólico dotado de determinada ideologia.

Mas, como enfatiza Lévi-Strauss (1985, p. 75), *se a universalidade da família não é o efeito de uma lei natural, como explicar que a encontremos por quase todo o lado?* Este autor postula que a busca por uma solução para esta questão aponta para a necessidade de apoiar a definição de família na construção de um modelo, por sua vez, dotado de propriedades consideradas invariantes. Assim, assinala que:

- 1) A família tem a sua origem no casamento;
- 2) Ela inclui o marido, a mulher, os filhos nascidos da sua união, formando um núcleo em torno do qual outros parentes se podem, eventualmente, agregar;
- 3) Os membros da família estão unidos entre si por:
  - a) Laços jurídicos;
  - b) Direitos e obrigações de natureza econômica, religiosa, ou outra;
  - c) Uma rede precisa de direitos e proibições sexuais e um conjunto variável e diversificado de sentimentos, como o amor, o afeto, o respeito, o medo, etc., (LÉVI-STRAUSS, 1986: 74-75).

É nesta noção de interdição sexual, calcada no tabu do incesto que Lévi-Strauss sustenta a sua definição de família. Segundo este autor, em todas as sociedades existe um "tabu" do incesto, embora com modos e expressões diferentes. Desta maneira, frente a um determinado tipo da interdição sexual, para manter a continuidade da família os indivíduos são colocados diante da necessidade de estabelecer alianças com indivíduos

situados em grupos diferentes do qual faz parte. E o casamento seria uma forma de garantir este intercâmbio entre grupos (LÉVI-STRAUSS, 1986).

Por isso, em qualquer que seja a sociedade humana, o surgimento de uma família tem como pressuposto a existência de duas outras dispostas a fornecer, respectivamente, um homem e uma mulher, de cujo casamento nascerá uma terceira. Daí a afirmação de Lévi-Strauss de que a sociedade permite que as famílias se perpetuem, mas sob as malhas de uma rede artificial de proibições e deveres (LÉVI-STRAUSS, 1985). Deste modo, em outra obra este autor conclui que:

O que diferencia verdadeiramente o mundo humano do mundo animal é que, na humanidade, uma família não poderia existir sem existir a sociedade, isto é, uma pluralidade de famílias dispostas a reconhecer que existem outros laços para além dos consanguíneos e que o processo natural de descendência só pode levar-se a cabo através do processo social da afinidade (LÉVI-STRAUSS, 1980, p. 34 *apud* SARTI, s/p, 2009).

Observa-se que, ao partir desta concepção, Lévi-Strauss desnaturaliza a família, separa-a da unidade biológica pai-mãe e filho. Isto faz com que esta noção se desloque do terreno da biologia para ingressar no campo da cultura. Ao mesmo tempo, em sua análise há uma reinterpretação do tabu do incesto. O incesto deixa de ser encarado como algo natural e passa a ser observado como um princípio de organização social, fundado em uma forma de estabelecer aliança entre os grupos. A aliança figura então, como elemento essencial (SARTI, 1992).

Apesar de desconstruírem a ideia de família e problematizá-la, algumas das definições até aqui apresentadas, de certo modo o fazem tendo como referencial um padrão hegemônico de família nuclear. A antropóloga Claudia Fonseca (2005; 2007) busca em seus trabalhos, justamente, ultrapassar essa concepção de família, que considera, muitas vezes, reducionista. Para tanto, destaca as mudanças que a organização familiar sofreu ao longo do tempo. Neste sentido, afirma que:

Certamente a imagem de família com a qual pessoas de minha geração foram criadas já foi amplamente desmistificada. Aquela família nuclear – com um casal heterossexual, unido pelo casamento e criando todos seus filhos biológicos – parece cada vez menos pertinente, tanto em termos estatísticos quanto em termos normativos. Consideremos o exemplo dos países do hemisfério norte onde mudanças recentes foram bem documentadas. De 1965 para cá, a taxa de casamento, assim como a taxa de fecundidade, caiu por trinta a quarenta por cento. Para muitos jovens, parece que o casamento legal tornou-se uma formalidade antes do que uma obrigação moral, de forma que,

---

em diversos países, entre um terço e um quarto dos nascimentos são “ilegítimos” (...). O divórcio deu um salto, triplicando e até, em certos países, quadruplicando nesse mesmo período (...). Esse quadro faz com que não é surpreendente encontrar, como nos Estados Unidos, uma taxa muito grande de crianças vivendo com apenas um dos seus pais biológicos, ou, como na França, um contingente desproporcional de pessoas vivendo sozinhas. Em termos estatísticos, a unidade doméstica calcada na família nuclear não se manifesta com a mesma frequência que cinquenta anos atrás e, em termos normativos, não exerce mais a hegemonia de outrora (FONSECA, 2007, p.8).

Deste modo, para Fonseca (2007) a categoria família se apresenta como algo muito mais complexo, não apenas porque sofreu mudanças ao longo do tempo, mas, também porque nunca existiu um modelo único de família, apesar de certo padrão de família ser, por muitos, considerado o único. Para ilustrar esta perspectiva em relação à categoria família, a autora resgata o modelo de família patriarcal cunhando por Gilberto Freyre para caracterizar o Brasil colonial e explica que nem mesmo este modelo era o único existente e possível na época, na medida em que hoje se sabe que, além dele, existiam no país unidades domésticas compostas, por exemplo, por pardos ou brancos pobres e diversos agregados, na maioria das vezes, chefiadas por mulheres. Outro teórico destacado pela autora é Talcot Parsons (1955). Segundo Fonseca (2007), este autor, ao desenvolver diversas análises estatísticas fundadas na observação de famílias de classe média nos Estados Unidos na década de 1950, acabou por estabelecer um padrão de família nuclear e conjugal, que passou a influenciar estudos posteriores de diversos pesquisadores. Deste padrão emergiu um julgamento moral, no qual esta organização familiar nuclear seria necessária para o desenvolvimento de qualquer pessoa. Com este julgamento, qualquer organização familiar diferente do estabelecido, facilmente, poderia ser discriminada.

Não obstante, segundo Fonseca (2007) diversas pesquisas antropológicas, realizadas a partir do século XX, têm desmistificado essa ideia de família nuclear e demonstrado que famílias cuja organização diverge desse padrão não existem apenas em regiões classificadas pelo ponto de vista eurocêntrico e ocidental como exóticas, mas estão muito perto de nós, ao nosso lado. Neste sentido, a autora aborda trabalhos de pesquisadores como J. Stacy, que toma a não existência de um modelo definido, como a principal característica da família na atualidade. Independente de como se organize atualmente, para Fonseca (2007) a família continua sendo um referencial fundamental

---

para os indivíduos e para a sociedade como um todo, assim, “(...) *falar de família é evocar um conjunto de valores que dota os indivíduos de uma identidade e a vida de um sentido*” (FONSECA, 2007, p. 10). Após estabelecer estas críticas, Fonseca (2007) destaca que apesar destas indefinições em relação à ideia de família:

(...) De uma forma ou de outra, as relações familiares parecem continuar ocupando um lugar de destaque na maneira em que a maioria de nós vemos e vivemos o mundo. (...) Além dessa função simbólica, a noção de família -- ligada à organização da vida cotidiana -- ainda desempenha um papel pragmático na formulação de políticas públicas (FONSECA, 2007, p. 10).

A partir deste debate é possível perceber que família assume diferentes significados, dependendo da categoria social dos indivíduos, por isso, não pode ser pensada da mesma forma em todos os contextos (FONSECA, 2005). A este respeito Fonseca (2005) assinala que, por exemplo:

Enquanto, entre pessoas da elite, prevalece a família como linhagem (pessoas orgulhosas de seu patrimônio), que mantêm entre elas um espírito corporativista, as camadas médias abraçam em espírito e em prática a família nuclear, identificada com a modernidade. Para os grupos populares o conceito de família está ancorado nas atividades domésticas do dia-a-dia e nas redes de ajuda mútua (FONSECA, 2005, p. 51).

As observações de Fonseca (2007) contribuem para pensarmos a família do assentado por intermédio do processo de reforma agrária não apenas como uma unidade nuclear, na medida em que, “*a rede familiar, unidade relevante para qualquer trabalho de intervenção, se estende [ou pode se estender] no espaço além das quatro paredes de uma casa*”. Isto significa que é preciso termos em mente que a família tanto para estes indivíduos, assim como para muitos outros estratos da sociedade, pode significar um irmão, ou um grupo de irmãos, um companheiro, um vizinho, um amigo, os filhos, os sobrinhos, o pai e a mãe, sogros, cunhados, padrastos, enteados, afilhados, compadres, etc., ou seja, uma infinidade de combinações que envolvem não apenas laços consanguíneos, mas também afinidades que se dão em uma esfera mais ampla que, portanto, podem ultrapassar as fronteiras da unidade doméstica. Dessa forma, um laço familiar pode ser definido como uma identificação duradoura e estreita entre determinadas pessoas que reconhecem que há entre elas certos direitos e obrigações mútuas (FONSECA, 2005). Deste modo, não há uma fórmula para definir os membros

relevantes para determinada rede familiar. Assim, “*falar sobre família como foco de intervenção exige aprofundar a discussão sobre o que é uma família*” (FONSECA, 2005, p. 51). Neste sentido, estas variações na concepção de família devem ser consideradas pelos agentes oficiais responsáveis pelas políticas públicas direcionadas aos assentamentos.

Bourdieu (2007) propõe um interessante caminho para se pensar à noção de família. Segundo este autor, a definição dominante da família apoia-se em palavras como casa e unidade doméstica que, sob a aparência de descrevê-la, na verdade constroem a realidade social. Assim, se verificarmos o discurso que a família faz sobre a família perceberemos que a unidade doméstica é caracterizada como um agente ativo, fundado em um conjunto de prescrições que indicam a maneira correta de viver as relações domésticas. Sob esta ótica, a família seria o lugar da confiança, em oposição ao mercado, local da concorrência.

Deste modo, observa-se que em todos os seus usos, conceitos classificatórios como o de família, ao mesmo tempo em que apresentam uma descrição, realizam uma prescrição, que, todavia não nos aparece como tal, porque é quase que universalmente aceita e admitida como dada. Esta naturalização ocorre porque este princípio nos é inculcado durante o processo de socialização ao qual somos cotidianamente submetidos, cujo universo é estruturado pela subdivisão em famílias. E é ele um dos elementos que forma o nosso *habitus*, uma estrutura mental, que é concomitantemente individual e coletiva (BOURDIEU, 2007).

Neste sentido, segundo Bourdieu (2007) a família pode ser concebida como um princípio de construção ao mesmo tempo imante aos sujeitos e transcendente em relação a eles, portanto, inscrito tanto na objetividade das estruturas sociais, quanto na subjetividade das estruturas mentais. Desta forma, pode ser compreendida como uma categoria de percepção do mundo social e de organização do mesmo, no qual as representações incorporadas pelos indivíduos contribuem para a manutenção e reprodução de determinada ordem social. Todavia, se tomamos família apenas como uma palavra, nada mais que uma construção verbal, torna-se fundamental analisar as representações que os sujeitos têm acerca desta noção (BOURDIEU, 2007).

Além disso, Bourdieu (2007) aponta também como o Estado – principal responsável pela construção das categorias oficiais – elabora e institucionaliza uma determinada definição de família através da combinação de elementos econômicos e sociais. O intuito é o de privilegiar certa forma de organização familiar, encorajando todos os sujeitos a aderi-las e tomá-las como a única legítima. Esta definição, por sua vez, é apropriada por agentes sociais investidos do poder de atuar sobre a realidade. Por conseguinte, a família legitimada como unidade de reprodução social, é uma das categorias sobre as quais políticas públicas e ações são formuladas.

Alguns autores, por meio de pesquisas de campo, em suas monografias, ao refletir sobre o significado da família no mundo rural, avaliam como esta, frequentemente, é tomada como referencial fundamental para as relações sociais e como a mesma é acionada em diferentes circunstâncias. Comerford (2003), em sua obra “*Como uma Família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*”, observa como, no contexto da zona da mata mineira, a família funciona como um princípio organizador do mapa social daquela localidade, e como esta noção também é utilizada para situar os sujeitos, segundo os laços de parentesco. Neste sentido, a representação de família para os sujeitos daquela região está estreitamente relacionada a características como confiança, ajuda mútua, respeito, responsabilidades, etc. Família, no caso estudado por Comerford (2003) pode representar o sobrenome, o grupo formado por pai mãe e filhos, bem como se referir um grupo mais alargado, composto por sujeitos que podem ser ligados ou não por laços consanguíneos.

Em seu trabalho “*Os herdeiros da Terra*” Moura (1978) identifica diferentes usos do conceito de família, principalmente apoiados na categoria *parente*. Já Carneiro (2006) ao estabelecer uma discussão acerca da relação entre gênero e acesso a terra no Brasil, assevera que a família não deve ser entendida apenas como um grupo socialmente estruturado, mas também deve ser interpretada também como um elemento de produção e de reprodução de um conjunto de valores que orientam as relações sociais dentro e fora de seus limites.

Marques (2002), ao desenvolver uma análise a respeito das brigas entre famílias no sertão de Pernambuco informa a necessidade de relativização da noção de família que, de acordo com a autora não deveria ser tomada como algo homogêneo, na medida

---

em que considera que apesar desta categoria ser um referencial social fundamental, sua noção de grupo é inexata. Ao passo que Lewin (1993), ao realizar um trabalho a respeito da política e parentela na Paraíba verifica como no contexto das associações políticas e econômicas durante a era das oligarquias neste Estado o termo família poderia referir-se tanto a família nuclear ou conjugal, composta pelo casal de pais e seus filhos, quanto à enorme família extensa, entendida nesse caso como parentela<sup>5</sup>.

A partir deste breve debate, percebemos como a família não pode ser tida como um grupo com limites bem delimitados, restrito à descendência consanguínea, pois relações como as de parentesco e amizade colocam a necessidade de ampliação desta noção e revelam quão fluídas suas fronteiras podem ser. Assim, podemos identificar alguns planos ou dimensões interligadas que ajudam a analisar a noção de família: a) como categoria de percepção do mundo social, imbricada na própria constituição do mesmo; b) como categoria oficial e legítima, que representa certa homogeneização da família como unidade; c) como a família pode ser instituição que organiza a vida social.

### **As migrações e o campo: ruptura de laços?**

Migração, palavra de origem latina, significa deslocar-se de um local para o outro (MATOS, 1993). Todavia, se extrapolarmos a esfera linguística e questionarmos este conceito, veremos a complexidade que este termo assume. Assim, de acordo com Cunha (2005, p.4), “*tratando-se de um fenômeno com múltiplas expressões espaciais e temporais, a migração não possui uma única definição – fato que dificulta qualquer tentativa de sistematização e levantamento de dados e estimativas*”. Ora, ao mesmo tempo em que um fluxo migratório possui características universais e estruturalmente semelhantes a outros fluxos, ele desenvolve histórica e socialmente sua singularidade, logo, pode ser analisado sob diferentes aspectos (DAVIS 1989 *apud* FAZITO 2005).

Neste sentido, Becker (2003) concorda que a categoria migração diz respeito à mobilidade espacial da população, e acrescenta que tal fenômeno provoca alterações nas relações entre as pessoas, nas relações de produção e entre estas e seu ambiente físico. Desse modo, interpretando as migrações como um processo permeado por uma série de arranjos – o que significa que envolve deslocamentos de indivíduos não apenas entre fronteiras geográficas, mas também entre as fronteiras políticas, culturais, linguísticas,

---

etc. –, constataremos que tais fenômenos pressupõem uma ampla gama de significados, tanto para os que partem quanto para os que ficam, bem como para os locais de origem e chegada do grupo ou indivíduo migrante (EVELYN, 1988). Isto favorece a produção de diversas correntes de pensamento, pelas quais os migrantes são analisados, se inserem e se representam ou são representados no mundo.

Assim sendo, do ponto de vista sociológico, desta substancial definição emergem diversas questões que demonstram a complexidade que tal conceito carrega, dentre elas: Por que as pessoas migram? Quais os fatores que desencadeiam este movimento? Como ele se dá? A partir de onde se dá? Quais as relações que o atravessam? As respostas surgem principalmente de dois lados: um, sugere que as migrações envolvem decisões individuais racionais e o outro denota que os movimentos migratórios são causa e efeito das estruturas sociais. Novamente nos deparamos com a clássica discussão dual presente na Sociologia: A unidade de análise mais adequada para o estudo destes fenômenos deve privilegiar o indivíduo ou a sociedade? O migrante ou o processo em que se dá a migração?

Oliveira (2007) enfatiza que apesar das diversas possibilidades de olhares a respeito dos movimentos migratórios, em geral, os estudos sobre esta temática são balizados por enfoques advindos e justificados apenas pelo viés econômico. Segundo Alves e Mattei (2006), se remontarmos ao passado sobre o estudo das migrações constataremos que um dos primeiros teóricos a dedicar especial atenção a este fenômeno foi o E.G. Ravenstein.<sup>6</sup> Uma de suas primeiras abordagens está calcada na valorização do indivíduo no processo migratório. Com o objetivo de analisar os movimentos migratórios na Grã-Bretanha o referido estudioso utilizou os dados estatísticos do Censo Populacional do Reino Unido de 1881, para estabelecer o que denominou “*Leis da Migração*”<sup>7</sup>, que foram publicadas em duas obras no final do século XIX, entre os anos de 1885 e 1889. Tais leis consistem em tipologias sobre as formas mais frequentes de fluxos populacionais, que descrevem relações migratórias entre origens e destinos, em que se considerou que a mola propulsora das migrações seriam os fatores econômicos (ARANGO, 1985).

Se a partir da literatura sobre o tema migrações emprendermos uma tentativa de enumerar as teorias que têm procurado analisar os processos migratórios em uma

perspectiva sociológica, encontraremos várias correntes. No entanto, para efeito de análise, podemos situar o debate acerca das migrações em duas principais abordagens de cunho micro ou macrosociológico (PEIXOTO, 2006) <sup>8</sup>.

A primeira, largamente influenciada pelos escritos de Ravenstein, bem como pelas teorias da modernização dos anos 1960, se concentra em um enfoque que considera a migração como um movimento proveniente do comportamento individual, fundamentado na livre escolha, através dos cálculos dos custos e benefícios, dadas as condições objetivas dos locais de partida e de destino do migrante. Por direcionar a análise para as ações do indivíduo, e por tomar a racionalidade individual como promotora da mobilidade, pode ser considerada uma abordagem microsociológica. A segunda situa as migrações como resultantes de fatores histórico-estruturais, em que o processo migratório é visto como consequência da situação econômica, social e política vigente, capaz de suplantar os interesses individuais dentro do processo de decisão. Deste modo, ao aludir que as migrações devem-se às estruturas sociais nas quais o indivíduo está inserido, tal abordagem o desloca do centro decisório do fenômeno, o que permite que sejam enquadradas na perspectiva macrosociológica (MATOS, 2003; MUNIZ 2002; PEIXOTO, 2004).

Para Matos (2003) tomando as duas abordagens isoladamente temos de um lado, um exagero que considera o indivíduo livre e racional e de outro, a imagem de um indivíduo imobilizado, cujas ações são geradas apenas por meio de uma estrutura que o domina. Desta forma, Muniz (2002) pondera que embora as duas abordagens aqui mencionadas sejam bastante úteis para pensarmos os movimentos migratórios, os pressupostos adotados por estes modelos nem sempre são totalmente passíveis de aceitação. Isto porque, em primeiro lugar, os migrantes não respondem mecanicamente aos diferenciais de renda ou emprego. Em segundo lugar, porque os indivíduos são heterogêneos quanto às suas preferências e motivações, agem em conjunturas distintas e nem sempre são capazes de elaborar e maximizar de forma precisa suas expectativas do retorno esperado para, posteriormente, estimarem quais seriam os benefícios da migração.

Em se tratando das análises dos movimentos migratórios no Brasil, Galizoni (2000) afirma que a concepção de migração variou consideravelmente na história contemporânea. Para a autora, entre as décadas de 1950 e 1960, os movimentos

migratórios, principalmente de trabalhadores rurais para os grandes centros urbanos, eram frequentemente interpretados como forma de melhoria das condições de vida do trabalhador migrante. Outra interpretação seria a de que a migração proporcionaria a oferta de mão de obra barata ao mercado de trabalho urbano, além da integração de populações rurais marginais na vida nacional. Estes aspectos estão ligados diretamente ao campo da economia. A autora afirma ainda que esta visão creditava aos movimentos migratórios a faculdade de propiciar uma “força libertadora”, capaz de emancipar os indivíduos das relações de dependência pessoal presentes no meio rural.<sup>9</sup> Desenvolvidas em um momento de intensificação do processo de industrialização nacional, tais concepções apoiam-se na interpretação destes acontecimentos como expressão do declínio atravessado pelo meio rural, concomitante à ascensão da urbanidade no país. O campo então, corresponderia ao espaço de relações atrasadas, como as de dominação. Daí deriva a ideia de libertação, supostamente desencadeada pelas migrações para os grandes centros urbanos em desenvolvimento.

As mencionadas análises relacionam-se também, em certa medida, com o fato do Brasil até o começo da década de 1970 ter atingido o auge do fenômeno do êxodo rural, decorrente, em grande parte, do processo de modernização da agricultura, experimentado a partir dos anos 1960. Esses fluxos se direcionaram, basicamente, para as grandes cidades, aprofundando uma tendência de migração rural-urbana que já vinha se manifestando desde os anos 1930, provocada pela crise da economia do café, que foi posteriormente fomentada pelas características do processo de industrialização, a partir dos anos 1950 (BARCELLOS 2000).

Analisar o fenômeno da migração atrelado à noção de família, por meio de uma estratégia metodológica qualitativa pode apontar interessantes questões. Apreendê-lo a partir de um local específico como mundo rural, apresenta-se como um campo frutífero, principalmente a fim de desnaturalizar esta noção que, rotineiramente, quando pensada a partir do rural, recebe uma conotação negativa, já que imediatamente é associada ao êxodo rural e a todos os problemas dele decorrentes. Uma das possibilidades que se coloca é a de observar como as práticas de mobilidade geográfica podem estar estritamente vinculadas às práticas de reprodução social da família e assim, integrar um repertório de estratégias possíveis para garantir que isto ocorra.

No que se refere a este debate Menezes (2002) observa que a relação entre migração e família no campo tem sido estudada por diferentes perspectivas. No âmbito destes estudos há duas visões basicamente opostas. Por um lado, coloca-se que a migração promove a desintegração de laços e, por outro, acredita-se que os deslocamentos populacionais são responsáveis por gerar a coesão entre os sujeitos.

Para Creed (2000), a diminuição de estudos acerca da herança familiar, tem sido compensada por uma maior dedicação a estudos a respeito das migrações. Além disso, este autor assevera que a migração há muito tempo tem sido uma das preocupações centrais na antropologia e na história da família. Todavia os historiadores, diante do processo de globalização, tendem a avaliar a migração como um destino infeliz daqueles sujeitos que não podem ser apoiados pela sua família, tendo então que migrar, para garantir a sua sobrevivência. Ao passo que os antropólogos, tradicionalmente, direcionam o foco de suas análises para observar como as famílias migrantes se adaptam ao novo ambiente, ou como a saída de pessoas de determinados locais molda as estruturas das famílias que foram deixadas.

Murray (1981) *apud* Menezes (2002) aponta outro caminho, em que considera interessante considerar a relação entre migrações e família no mundo rural como resultado das transformações dos espaços nos quais os sujeitos estão inseridos. Assim, para Murray a questão não é isolar a migração como um fator externo e independente que influencia a reprodução social dos camponeses, seja em termos materiais ou na forma como as famílias são conformadas, mas antes, considerar como se estruturam os arranjos familiares em espaços de migração.

Neste sentido Woortman (1990) assevera que é preciso tomar a migração como parte das próprias estratégias de reprodução da família. Muitas vezes esta estratégia pode ser encarada como um negócio que, ao invés de desatar os laços familiares, na verdade torna-se uma das possibilidades de garanti-los. Deste modo, para este autor a “*migração não representa um rompimento radical entre os que saem e os que ficam*” (WOORTMAN, 1990, p.51). Também para Creed (2000) a migração, muitas vezes encarada como responsável pela “morte” da organização familiar no campo, pode na verdade ser tomada como uma forma de manter a reprodução social da família em períodos de dificuldade.

Assim como Woortman, Garcia Jr. (1989), ao realizar um estudo a respeito das transformações sociais ocorridas no Nordeste brasileiro, bem como das modalidades de inserção dos nordestinos em um mercado de trabalho distante, em virtude das migrações para a região Sudeste, também demonstra como as migrações não podem ser reduzidas a ruptura de laços familiares e abandono do lugar de origem, uma vez que constatou que migrar para o Sudeste, para muitos nordestinos apresentou-se como uma estratégia complexa de reprodução da sua condição camponesa. Isto é, estes deslocamentos foram responsáveis por proporcionar em médio prazo, o retorno destes indivíduos ao campo, porém em outro patamar social, em virtude da aquisição de terras com os rendimentos adquiridos durante as atividades realizadas no Sudeste.

Durhan (1978), ao analisar o processo de integração em sociedades urbanas daqueles sujeitos que migraram do campo para a cidade, também se depara com a persistência dos laços familiares no contexto destes deslocamentos. Assim, para esta autora, a migração pode ser concebida como um componente da organização interna da família. Por isso, ela demonstra o caráter grupal e familiar da migração, na medida em que observa que o migrante conhece minimamente o local para qual se dirige, em função de laços familiares que ali possui. Durhan (1978) acrescenta ainda que em virtude da migração de segmentos de determinado grupo, há um movimento de reconstituição das unidades familiares originais nos lugares de destino. Deste modo, encarar a migração como forma de diluição súbita de laços sociais, impede que percebamos processos para além desta concepção, em que a mobilidade dos sujeitos pode apresenta-se como uma movimentação em um universo social que extrapola as fronteiras entre campo e cidade. Neste sentido, ao migrar do campo para a cidade e, poderíamos dizer que também ao estabelecer o movimento contrário, deixando a cidade e retornando ou entrando no campo, o sujeito unifica em sua vivência as experiências adquiridas na cidade e no campo, por isso, dissolve a dicotomia rural-urbano (WOORTMAN, 1990).

Assim, para Menezes (1996) as noções de rural e urbano são limitadoras e não favorecem o entendimento da especificidade das comunidades, cujos membros têm realizado, por gerações, sucessivos movimentos migratórios. Portanto, conforme a autora:

A questão colocada não é propriamente se as práticas de reciprocidade entre parentes e vizinhos numa comunidade de camponeses se preserva ou se desintegra num contexto de intensa migração, mas antes é necessário entender práticas diferenciadas de solidariedade em diversos contextos sociais e históricos (MENEZES, 1996, p.42).

Dessa forma, a família novamente emerge como um elemento fundamental, para compreendermos a rede de solidariedade, os estímulos que movem o indivíduo que migra, bem como, os resultados desse processo, onde não só a dissolução, mas a manutenção e construção de novos laços sociais estão em jogo. Laços estes, que observaremos nas falas dos assentados que foram entrevistados, na análise que prossegue.

### **As migrações para os assentamentos**

É preciso considerar que ao migrar para o campo, em função do processo de reforma agrária, os sujeitos passam a integrar um espaço específico dotado de características particulares quando comparados a outros espaços que integram o rural. Assentamentos são lugares construídos politicamente e simbolicamente, em decorrência da intervenção de um leque de atores, a exemplo dos movimentos sociais que coordenam as ocupações; das instituições oficiais que estabelecem e orientam o processo de reforma agrária, como o INCRA e os órgãos de extensão rural e assistência técnica; além a diversidade de pessoas que ali são instaladas. Desta forma, estes espaços apresentam-se para os indivíduos como uma estrutura demandante de relações diferentes das encontradas tanto no perímetro urbano, quanto nas propriedades privadas situadas no campo.

Juntamente com esta nova realidade que se coloca para aqueles que migraram para o campo via reforma agrária, surge à necessidade do domínio e utilização de novos códigos, de modo a permitir-lhes a compreensão de fatores como a linguagem e ações das instituições governamentais de assistência técnica; a maneira mais eficiente e adequada de comercializar a produção; além de possibilitar-lhes a interação com as mais diversas esferas da vida cotidiana no assentamento, como por exemplo, os órgãos fornecedores de crédito e fiscalizadores; os vizinhos; as instituições de pesquisa; etc.

Frente à referida condição, os indivíduos que recebem os lotes se deparam com a necessidade de modificar a sua organização familiar. Portanto, tendem a reordenar e recriar os laços de família e parentesco, tanto no que tange as conexões que ficaram no

lugar de origem quanto à estruturação da família que migrou. Por isso a família não deve, de forma alguma, ser interpretada como algo estático, estanque, mas como um contínuo processo de fazer-se e refazer-se (COMERFORD, 2003). Estes rearranjos, provavelmente, ocasionam conflitos entre interesses coletivos e individuais. Analisar como se estruturam estes conflitos pode dar importantes pistas para a compreensão do papel da família para aqueles atores que neles estão envolvidos

Verificamos que a centralidade da família como unidade organizadora das sociedades camponesas foi bastante abordada na vasta literatura sobre a vida e a dinâmica das relações sociais no meio rural. Todavia, mesmo diante das inúmeras modificações ocorridas neste espaço, em função de aspectos como o desenvolvimento de forças produtivas; mecanização e industrialização; concentração fundiária; êxodo rural; substituição das atividades agrícolas; ascensão dos movimentos sociais de luta pela terra; dentre outros, acreditamos que esta categoria ainda torna-se fundamental para compreender certos processos sediados no campo, a exemplo da mobilidade de contingentes populacionais em sua direção.

Assim, estabelecer um olhar em que considere o papel assumido pela família nas migrações favorecidas pela implementação da reforma agrária significa também rediscutir uma temática que foi bastante abordada nos estudos em áreas camponesas, porém que se coloca em um novo patamar, atravessado pela ação de novos atores no mundo rural, como indivíduos de origem urbana, integrantes de movimentos sociais, etc. Deste modo, esta discussão, de certo modo reatualizada, contribui para um alargamento das análises sobre o universo das relações sociais que tem o campo como palco.

Isto, conseqüentemente, implica em defrontar-se com uma multiplicidade de atores, com distintas origens e trajetórias sociais, interesses e projetos, mas que, frequentemente encontram na noção de família uma espécie de referência, seja para migrar, garantir a reprodução social dentro dos assentamentos ou se referir a aqueles que estão instalados nestes espaços, o que corrobora para o entendimento de que a análise dos processos sociais que se dão no campo tendo como pano de fundo o conceito de família é um caminho que ainda não se esgotou.

---

**Família como apoio e família como incentivo: as migrações para os assentamentos de reforma agrária sob o olhar dos assentados**

Já colocamos questionamos a categoria família e o conceito de migração. Deste modo, constatamos que diversos autores, em suas pesquisas demonstraram que migração, antes de significar apenas uma dissolução de laços, pode ser tomada como uma estratégia para manter e sustentar a família da qual o sujeito faz parte, ou então que ao migrar os sujeitos, em geral, levam em conta os laços familiares que possuem nos locais de destino. Assim, partindo do pressuposto de que a reforma agrária pode ocasionar a migração de indivíduos para o campo, devido ao estabelecimento de assentamentos rurais, torna-se necessário observamos a partir do relato de assentados, de que maneira família pode ser tomada como referencial quando o indivíduo decide realizar este deslocamento. Assim, a partir da análise das trajetórias dos assentados entrevistados, podemos perceber a importância dos laços familiares na efetivação dos deslocamentos.

Em algumas circunstâncias a família serviu para estes indivíduos como suporte à sua fixação no espaço urbano. Este é o caso, por exemplo, de Seu P. C. que nasceu na Baixada Campista, mas que em determinado momento da sua trajetória migrou para o Rio de Janeiro, onde morou com a irmã:

(...) trabalhei uns tempos no Rio, lá em Barra Seca, também pedi demissão e saí. Não tava mais gostando de cozinha não. Aí fui morar e trabalhar no Rio com a minha irmã (...), lá ela vendia quentinha, mas sem nada assinado, no Catete. Daí disso eu vim embora. (...) Só vim pra cá quando saiu esse negócio das terras. Deixei tudo lá em vim pra cá (Seu P.C).

Situação também de Seu M, assentado que nasceu em Minas Gerais, migrou em função do trabalho, para vários estados do país, mas que em seus relatos evidencia que sempre teve a família como uma espécie de *porto seguro* em Vitória, capital do Espírito Santo, para onde voltava nos momentos de crise:

Fui para o Espírito Santo. (...) Sempre eu parei em Vitória por causa que meu pessoal tudo mora lá, meu pessoal de família tudo mora lá. (...) Aí fui pra lá, voltei e vim pra aqui. Aí já veio já a família, e fiquei por aí (Seu M).

Seu M. evidencia também como em determinados contextos é o pai, considerado chefe da família que migra primeiro. Assim, ele afirma que depois de garantir que sua

esposa e seus filhos estavam em um local apropriado, a quem se refere como “*meu pessoal*” decidiu migrar. Este assentado também demonstra que para ele, a convivência é capaz de proporcionar o surgimento de laços que podem fazer com que um grupo, como aquele dos indivíduos que se instalam em um acampamento, assumam características daquilo que define como sendo uma família:

E graças a Deus, (...) o dia que eu consegui fazer meu barraquinho dentro da cidade pra tirar meu pessoal do que é dos outros nunca mais dei um prego pra ninguém. Eu disse, agora vocês ficam aí, vocês não pagam aluguel, a casa é nossa, vocês ficam aí e eu vou andar, vou no mundo de novo. Aí apareceu esse MST lá e eu disse “eu vou acompanhar essa turma”. Então me disseram “ah, nós estamos precisando de gente pra modo de panhar terra aí”, eu disse “vamos embora”, Aí minha mulher aposentou e eu falei “oh, você já tem pra você comer. Tá aí, a casa tá aí, fica aí junto com os filhos aí, que eu vou ganhar o mundo” aí vim pra aqui, oh, sozinho, no meio da turma aí. Aí passou todo mundo a ser conhecido porque tá todo dia junto, todo dia junto, o que um quer o outro quer também, então passa a ser uma família. Aí eu fiquei junto com eles aí.

O depoimento apresentado acima pode ser analisado tendo em vista as observações de Durhan (1978), que em sua análise destaca como fundamental o apoio de parentes e amigos recebido pelos migrantes que deixam o campo em direção às cidades, como no caso de Seu P. C. e Seu M, para o ajustamento ao meio urbano, já que:

O migrante rural que chega pela primeira vez numa cidade grande encontra uma situação completamente diferente, ante a qual os padrões de comportamento que constituem o seu equipamento cultural tradicional se revelam inadequados. Faz-se necessário um ajustamento inicial que se apresenta como reconstituição do seu universo (DURHAM, 1978, p.184).

Já Dona E., ao ficar viúva decidiu ingressar no processo de reforma agrária, migrando então da cidade para o campo. Com os rendimentos auferidos em virtude das atividades desenvolvidas no seu lote, contribui para a manutenção do seu filho e dos seus netos que residem na cidade de Campos dos Goytacazes:

[Tenho] um filho e cinco netos. Mas eu gosto, eu to aqui mais também porque eu gosto, eu podia ter vivido lá (na cidade). Meu filho mora lá, mas a minha opção foi vir pra cá. [Todos moram em Campos] (...) porque aqui eu não tenho condições de ter eles aqui. Como que eu vou ter? Minha casa é um barraco, não consegui ainda fazer né. Mas ele é meu único filho então eu ajudo ele. Pago o aluguel dele de R\$ 400,00 no prédio lá perto do Shopping Estrada e levo também carne, frango. Vou levar essa geladeira também que é duplex, porque ele precisa congelar muita comida por conta das crianças.

Em outros casos, a família e amigos mais próximos foram o que serviram como suporte e incentivo para as migrações de retorno ou entrada no campo, como no exemplo de Dona D. Nascida em Cangoera, localidade que diz situar-se no Estado do Rio, mudou-se ainda muito jovem, para Estácio de Sá, bairro de classe baixa e média-baixa da zona central da cidade do Rio de Janeiro onde casou. Depois de mais de dez anos residindo na Baixada Fluminense, decidiu, juntamente com o marido e os dois filhos, mudar-se para Campos dos Goytacazes à procura de melhores condições de vida. Divorciou-se logo em seguida. Depois que parentes e amigos ingressaram na ocupação nas terras em que hoje constituem os assentamentos Ilha Grande e Che Guevara, decidiu também ir para lá. Por isso, explicita a importância que estes sujeitos tiveram para possibilitar a sua migração também para o acampamento: *“E de imediato eu não vim né, uns parentes nossos vieram, uns colegas, uns conhecido veio pra ali, depois nós viemos, quando deu condição de vir eu vim”*.

D. também é um dos assentados que em seus relatos descreve claramente o papel dos laços familiares para empreender o processo de migração para o assentamento. D., migrou para o campo através da ocupação, foi assentado e posteriormente recebeu no assentamento, seus familiares que moravam na cidade do Rio de Janeiro. Todavia, sua história como migrante é iniciada antes mesmo de ingressar no processo de reforma agrária. Nasceu na cidade do Rio de Janeiro. É filho de nordestinos, oriundos do Estado do Rio Grande do Norte, que na década de 1970 migraram para o Sudeste a procura de emprego, assim como muitos nordestinos cujos processos de êxodo rural foram abordados por autores como Garcia Júnior (1989), Menezes (2002), dentre outros.

D. Teve uma rápida passagem pelo Rio Grande do Norte quando em um momento de crise econômica, seus pais decidiram voltar a este Estado, porém, não obtiveram sucesso na migração de retorno ao Nordeste. De acordo com D., ao voltar ao Rio Grande do Norte, seus pais não encontraram as condições que acreditavam ter para garantir a reprodução social de sua família. Assim, a família de D. decidiu mais uma vez migrar para o Rio de Janeiro, onde D. cresceu, estudou e trabalhou:

Na verdade eu não sou rural né. Eu sou nascido no Rio (...). Sou carioca, eu morei em vários lugares (...). Como a minha família, é uma família assim do Nordeste, meus pais são do Rio Grande do Norte, o nordestino sempre tem essa coisa né, de migração, sempre buscando. Meu pai saiu de lá, veio

---

trabalhar no Rio de Janeiro e, depois se acidentou, perdeu uma perna, aquela história toda. Eu tive pouco tempo no Rio Norte, mas morei pouco tempo lá, uns dois anos ou um ano e pouco, e depois voltamos para o Rio de novo.

Entretanto, na busca por melhores condições de vida, seus pais decidiram migrar mais uma vez para ingressar em uma ocupação de terras em uma fazenda experimental, denominada Campo Alegre, localizada no atual município de Italva, que pertence ao Estado do Rio de Janeiro:

Depois (...) a gente foi viver uma experiência em Italva. Em Italva houve uma ocupação, uma das primeiras ocupações do Estado foi em Campo Alegre. Foi à ocupação mais antiga. (...). Minha família, meus irmãos e meus pais, eles acabaram acampando em Campo Alegre. E como tinham muitas famílias em Campo Alegre, eram muitas famílias, muita gente acampada, aí não tinha lugar pra minha gente ser assentada. (...) Mas aí não deu certo e meus pais voltaram para o Rio de Janeiro.

Como relata este assentado, a experiência não deu certo. A solução encontrada por sua família foi a de retornar mais uma vez à cidade do Rio de Janeiro. Mas em virtude da vivência em Italva, D. estabeleceu laços de amizade na região, por isso sempre que podia, visitava a localidade. Foi assim que certa vez, por coincidência, na rodoviária Novo Rio encontrou um tio que estava mudando-se para o acampamento da Fazenda Marrecas em Campos dos Goytacazes. Decidiu então, acompanhar o tio na empreitada:

(...) Eu ia passear em Italva e chego na rodoviária Novo Rio e encontro o meu tio (...), cheio de bolsas, sacolas, muambas, na mesma plataforma 35-36, e ele disse oh, tô indo pra um acampamento sem terra. (...) Já tinha vindo pra cá (...) e agora tinha ido buscar umas bolsas e roupas. Eu tava indo pra Italva, mas aí eu falei com ele: “tio, eu tenho a maior vontade de conhecer um acampamento, mas eu tô indo pra Italva passar um tempo lá. O senhor deixa o endereço que eu volto para visitar o senhor.” Ele disse: “não rapaz, conversa com motorista, troca a passagem, e me ajuda a levar as bolsas”. (...) Aí eu conversei com o motorista e ele disse: “oh, eu te dou cinco minutos pra você trocar a passagem”. Aí eu corri e fui trocar a passagem e vim pra cá com ele. Cheguei aqui e decidi: Eu não vou mais, vou ficar por aqui. (...) A partir daí eu vim e não voltei mais. E a partir daí que eu fui conhecer mais o MST, participar de marchas (D.).

O tio de D. desistiu da ocupação, mas o sobrinho resolveu ficar. Inicialmente seus pais não aprovaram seu ingresso no acampamento, mas de acordo com D., mediante a situação de desemprego vivenciada pelos familiares no Rio de Janeiro e, tendo como referência a sua experiência e a vivência que tiveram em Italva, aos poucos

---

seus parentes mais próximos decidiram migrar para o campo por meio do assentamento. De início residiram no lote de D., mas depois os irmãos e os pais conseguiram cada qual seu lote. As irmãs foram morar no lote dos pais:

Ai você vê como é que são as coisas né, meus irmãos ficaram desempregados, deu baixa do quartel (...). Aí, veio chegando um irmão, outro, com o intuito de me ajudar, e acabaram ficando também aqui. Depois meus pais, toda minha família veio. Meus pais também vieram (D.).

A partir destes relatos é possível concluir que o migrante não se faz sozinho. Compreende-se então que as pessoas se deslocam com o apoio de uma instituição por vezes invisível: a rede de familiares, que serve também para ligar os indivíduos a outros espaços, como por exemplo, na mediação das relações entre campo e cidade, unindo os migrantes àqueles que não migraram cujas relações são intercedidas por expectativas e papéis sociais. Todavia, “(...) *esses laços sociais não são criados pelo processo migratório, mas antes adaptados a ele, sendo reforçados, ao longo do tempo, através da experiência comum dos migrantes*” (MASSEY, 1987, p.139 *apud* FAZITO, 2002, p. 9). Dessa forma, podemos constatar que os destinos dos migrantes não são individuais. Eles são construídos em família e em comunidade. Em geral, escolhe-se migrar para onde há possibilidade de apoio de um parente, amigo ou conhecido que já se estabelecera antes, ou a eles se recorre em determinados momentos da trajetória.

Os relatos revelam que nos assentamentos trajetórias múltiplas se encontram. Juntamente com estas trajetórias há um confronto de visões de mundo, dada a diversidade de sujeitos que na maioria das vezes sequer se conheciam e que passam dividir um espaço. E é neste momento que novos pontos de vista e percepções são elaborados. As experiências anteriores têm também papel fundamental na relação com o novo, de onde emerge uma concepção de campo, cuja lógica se difere de outros espaços situados no rural brasileiro.

### **Considerações Finais**

Nos relatos colhidos no trabalho de campo que subsidiou a presente reflexão, tendo em vista as percepções dos assentados evidenciadas nas entrevistas, constatamos que a migração quando relacionada ao mundo rural, nem sempre pode ser tomada como um fenômeno negativo, se resumindo apenas ao êxodo rural, já que este processo não é

composto unicamente por esta faceta. Assim, nos relatos concedidos para esta pesquisa os assentados demonstram como a migração, em determinados contextos, como aquele relacionado ao processo de retorno ou entrada ao campo, neste caso, favorecido pela instauração dos assentamentos, pode ser interpretada de maneira positiva pelos seus próprios sujeitos. Ademais, o desejo de morar no que é seu e todos os aspectos simbólicos que esta condição congrega, assumem um papel essencial na interpretação das migrações para campo pelos assentados com algo extremamente positivo. Neste sentido, consideramos que observações como às estabelecidas neste artigo ratificam a importância de viabilizarmos análises sobre processos migratórios para além do êxodo rural, em virtude da emergência de novos processos sociais, cuja reforma agrária é um exemplo.

Neste cenário de migração para o campo por meio dos assentamentos rurais, emerge um fator importante: o papel das redes de parentesco como alicerce para quem está acampado em busca de um lote. Verificamos que as percepções evidenciadas pelos assentados no caso estudado atestaram a função de parentes e amigos no favorecimento dos deslocamentos, seja acompanhando o migrante ou contribuindo para a sua manutenção até que o mesmo pudesse se estabelecer, ou ainda como um incentivo para o enfrentamento das adversidades que são colocadas durante o processo de luta por um pedaço de terra. Deste modo, constatamos que o destino do migrante não é individual, mas, na maioria das vezes, é tencionado pelas possibilidades e expectativas dos familiares.

Assim, observamos que quando os assentados abordam suas trajetórias que, por sua vez, culminaram nas migrações de retorno ou entrada no campo, em virtude da reforma agrária, a família aparece como um referencial importante. Esta família, muitas vezes, é composta por uma rede extensa de parentes como tios, primos, irmãos, cunhados, conhecidos como vizinhos, padrinhos, que são classificados por alguns assentados através de expressões como “*a minha gente*” ou “*o meu pessoal*”. Por vezes, em seus relatos estes assentados se lembram daqueles que deixaram ao ingressar no campo via assentamento, parentes cujos laços se mantêm por meio das visitas. Outros contam como deixaram a família em um local seguro para ingressar no acampamento e, assim garantir um lote de terra para trazê-los. Alguns explicam como familiares serviram como ponto de apoio quando migraram para cidade, e quando também decidiram entrar no campo em virtude do estabelecimento do processo de

reforma agrária. E há ainda aqueles que foram para o assentamento sem o consentimento dos que julgam seus familiares e, ao se instalarem acabaram por atrair o restante dos parentes para aquele local. Neste sentido, lembramos aqui as considerações de Fonseca (2007), autora que assevera que a família possui diferentes significados, na medida em que varia juntamente com a categoria social dos indivíduos. Todavia, independente destas variações, esta se mantém como referencial importante na forma como as pessoas se veem, interpretam e agem no mundo. Portanto, assim como Menezes (1996; 2002), Durhan (1978), Creed (2000), Garcia Jr (1989), Woortman (1990), entre outros, a partir deste trabalho nos foi possível verificar que a migração não significa necessariamente a quebra de laços familiares, mas pode implicar em uma das estratégias utilizadas pelos sujeitos para garantir a continuidade da sua família.

Por fim, consideramos que a análise do processo de migração vinculada à noção de família se apresentou como um caminho interessante para, de certo modo, desconstruirmos esta visão negativa sobre as relações entre migração e campo, nos conduzindo a pensar nas outras possibilidades relacionadas a estas duas temáticas. Ao mesmo tempo, nos possibilitou relativizar a concepção de família nuclear, ainda hegemônica em diversos espaços, como em órgãos oficiais incumbidos de colocar em práticas políticas públicas, como por exemplo, as executadas nos assentamentos de reforma agrária.

## **Notas**

---

<sup>1</sup> Este trabalho de campo teve como objetivo inicial fundamentar a elaboração de uma dissertação de mestrado de um dos autores do presente artigo, defendida no ano de 2008. Na ocasião do trabalho de campo foram realizadas inúmeras visitas aos assentamentos mencionados e aplicadas 20 entrevistas semi-estruturadas que foram complementadas pela observação participante, fotografias e anotações em um caderno de campo. Neste momento foram coletadas várias informações a respeito de temas que não puderam ser incorporadas na dissertação. Como o tema deste artigo era um destes e, ao mesmo tempo era assunto presente em nossas discussões durante as aulas na pós-graduação, resolvemos realizar esta reflexão conjunta.

<sup>2</sup> Citação extraída do prefácio escrito por Lévi-Strauss para a obra BURGUIÈRE, André *et alli* (Dir.). **História da família. Mundos Longínquos, Mundos Antigos**. Lisboa: Terramar, 1996.

<sup>3</sup> Idem a nota anterior.

<sup>4</sup> Todavia esta autora ressalta a diferenciação existente entre os conceitos de família e parentesco, bem como do objeto de estudo de cada um destes conceitos. Para Sarti (1992:70), tanto o parentesco quanto a família abordam os fatos básicos da vida: nascimento, acasalamento e morte. Entretanto, a diferença

resulta no fato de que a família corresponde a um grupo social concreto, já o parentesco é uma abstração, é uma estrutura formal. Neste sentido, o estudo do parentesco e o estudo da família são coisas distintas. Ora, o primeiro é o estudo de um grupo social concreto, ao passo que o segundo é o estudo dessa estrutura formal, abstratamente constituída, que permeia esse grupo social concreto, mas que vai além dele.

<sup>5</sup> Segundo Lewin (1993:113) “(...) *Muito mais do que organização social, a parentela estava subjacente à base da rede de parentes e amigos de um político. O núcleo dos seguidores políticos que a ele se vinculavam de maneira personalística constituía-se membros de sua parentela.*”

<sup>6</sup> De acordo com Arango (1985) os artigos elaborados por Ravenstein entre os anos de 1885 e 1889 representam, provavelmente, a primeira manifestação do moderno pensamento científico-social sobre as migrações, por isso, inauguram uma linha de reflexão que se estende até os dias atuais, cujo objetivo principal é encontrar regularidades nos processos migratórios. Para maiores detalhes ver: RAVENSTEIN, E. G. (1885). As leis da migração. Traduzido de RAVENSTEIN, E. G. The laws of migration Journal of the statistical society, 47(1): 167-227. In: MOURA, H. A. (org.). Migração interna, textos selecionados: teorias e modelos de análise. Tomo 1: 19-88. Fortaleza: BNB, 1980.

<sup>7</sup> As leis da migração são as seguintes: (1) A maioria dos migrantes apenas percorre uma curta distância, e as correntes de migração dirigem-se para os centros de comércio [e da indústria]. (2) O processo de atração para uma cidade em rápido crescimento começa pelas suas zonas circundantes, e gradualmente estende-se para lugares mais remotos. (3) O processo de dispersão é o inverso do de atração. (4) Cada corrente principal de migração produz uma contra-corrente compensadora. (5) Os migrantes provenientes de longas distâncias preferem os grandes centros de comércio [e da indústria]. (6) Os nativos das cidades migram menos do que os das zonas rurais do país. (7) As mulheres migram mais do que os homens (Ravenstein *apud* Peixoto, 2006:4).

<sup>8</sup> Os termos *microssociológico* e *macrossociológico* referem-se aqui ao foco de análise, ou seja, o ator social, como sujeito capaz de agir racionalmente ou como um repositório de estruturas.

<sup>9</sup> Podemos constatar tal afirmação através da citação de Martins (1988:7): “Se a migração temporária acentua a exploração do cortador de cana no canavial de São Paulo (...), criando uma nova miséria em que empobrece o trabalhador como pessoa, ao submetê-lo a formas coercitivas e temporárias de trabalho, por outro lado o liberta da coerção permanente, das relações de dependência pessoal com o fazendeiro vizinho ou proprietário da terra.”

## Referências

ARANGO, Joaquín. Las 'Leyes de las Migraciones' de Ravenstein, cien años después. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**. V. 32. Dez.1985. pp. 7-26.

Disponível em:

[www.dialnet.unirioja.es/servlet/fichero\\_articulo?articulo=250715&orden=80729](http://www.dialnet.unirioja.es/servlet/fichero_articulo?articulo=250715&orden=80729).

Acesso em 01 de jan. 2012.

ALVES, Pedro Assumpção; MATTEI, Lauro Francisco. Migrações no Oeste Catarinense: História e Elementos Explicativos. In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP, Caxambú- MG, 2006. **Anais...** Disponível em:

[www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006\\_598.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_598.pdf). Acesso em 01 de Nov. 2011.

BARCELLOS, Tanya M. de. **Novas Migrações e Assentamentos no Extremo Sul do Brasil**. São Paulo: Revista Travessia, n. 39. Jan.- abr. 2001.

BARNARD, Alan; SPENCER, Jonathan. Family. In: **Encyclopedia of Social and Cultural Anthropology**. Routledge, 2002.

BECKER, Olga Maria Schild. O movimento dos trabalhadores sem-terra (MST) como expressão da contra-mobilidade espacial da população. III Encontro Nacional sobre Migrações, 2003. **Anais Eletrônicos...** Disponível em: <http://www.abep.org.br>. Acesso em: agos. 2012.

BONTE, Pierre; IZARD, Michel (Org.). **Dictionnaire de l'ethnologie et de l'anthropologie**. Paris: Press Universitaires de France, 1991. Verbetes: Famille; Parente.

BOURDIEU, Pierre. “Apêndice: O espírito da família”. In: **Razões Práticas: Sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 2007.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CARNEIRO, Maria José. Acesso à terra e condições sociais de gênero: reflexões a partir da realidade brasileira. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE SOCIOLOGIA RURAL, VII, 2006. Quito. Anais.... Quito: ALAS, 2006, s/p. Disponível em: <http://www.rimisp.org/getdoc.php?docid=6517>. Acesso em mai. 2012.

COMERFORD, John Cunha. **Como uma Família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política/ UFRJ, 2003.

\_\_\_\_\_. Onde está a comunidade? Configurações sócio-morais e a redefinição dos limites do rural e do urbano. In: Reunião Brasileira de Antropologia, 25<sup>a</sup>, 2006, Goiânia: Anais...Goiânia: ABA, 2006, s/p.

CREED, Gerald W. “**Family Values**” and Domestic Economies Source. Annual Review of Anthropology, Vol. 29, 2000. p. 329-355.

CUNHA, José Marcos Pinto. **Migração e Urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para a análise**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo. 2005.

DURHAN, Eunice. **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva S.A., 1978.

EVELYN, Suzanna Sochaczewski. **E a festa, onde foi parar?** In: Travessia n. 1. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios. 1988.

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DA UFRRJ - FAPUR. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Che Guevara**. Rio de Janeiro: 2001.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Fazenda Ilha Grande.** Rio de Janeiro: 2002.

FAZITO, Dimitri. Dois aspectos fundamentais do retorno: símbolos e topologias dos processos de migração e sua circularidade. In: IV Encontro Nacional sobre Migrações, GT de Migração, 2005, Rio de Janeiro. Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2005. **Anais Eletrônicos...** Disponível em: [www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/4EncNacSobreMigracao/ST4-1.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/4EncNacSobreMigracao/ST4-1.pdf) - Acesso em ago. 2007.

\_\_\_\_\_. A Análise de Redes Sociais (ARS) e a Migração: mito e realidade. In: XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Ouro Preto- MG, 2002. **Anais Eletrônicos...** Disponível em: [www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT\\_MIG\\_ST1\\_Fazito\\_texto.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MIG_ST1_Fazito_texto.pdf) - Acesso em ago. 2007.

FONSECA, Cláudia Lee Williams. Conceito de entidade familiar e seguridade social. Porto Alegre: TRF – 4ª Região, 2007 (Currículo Permanente. Caderno de Direito Previdenciário: módulo 3).

\_\_\_\_\_. Concepção de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. Revista Saúde e Sociedade, ESP-USP, São Paulo, v. 14, n.2, p. 50-59, 2005.

FORTES, Meyer. **Kinship and the social order:** The legacy of Lewis Henry Morgan. London: Routledge and Kegan Paul, 1969.

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DA UFRRJ (FAPUR). **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Che Guevara.** Rio de Janeiro: 2001.

GALIZONI, Flávia Maria. **Migrações, Família e Terra no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais.** In Anais do IX Seminário sobre a Economia Mineira. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR. 2000. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2000/textos/FLAVIA.PDF>. Acesso em fev. 2013.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. O Sul: **Caminho do Roçado:** estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero. Editora UNB. 1989.

LENOIR, Remi. “Objeto sociológico e o problema social”. In: **Iniciação a pratica sociológica.** Rio de Janeiro, Vozes, 1998.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O olhar distanciado**. Lisboa: Edições 70, 1986.

\_\_\_\_\_. **Les structures elementaires de la parenté**. Paris: Mouton, 1981

LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba: Um Estudo de Caso de Oligarquia de Base Familiar**. Trad. André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MARQUES, Ana Claudia. **Intrigas e Questões**. Vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política/UFRJ, 2002.

MATOS, Cristina. **Migrações: decisões individuais e estruturas sociais**. Centro de Investigação em Sociologia Econômica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão Universidade Técnica de Lisboa, 1993, p. 5-93.

MENEZES, Marilda Aparecida. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes**. Um estudo de famílias de camponeses migrantes. Rio de Janeiro: Relume Dumará. JP: Ed. UFPB, 2002.

\_\_\_\_\_. **Relações de solidariedade em comunidades de camponeses trabalhadores migrantes**. Inf. & Soc.: Est, João Pessoa, v.6 n.1, p.39-49, jan./dez. 1996.

MOURA, Margarida Maria. **Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural**. São Paulo: Hucitec, 1978.

MUNIZ, Jerônimo Oliveira. **Um ensaio sobre as causas e características da migração**. Mimeo. 2002.

OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco de. **Retratos de Assentamentos: Um estudo de caso em assentamentos rurais formados por migrantes na região do entorno do Distrito Federal**. Dissertação (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro. 2007. 193 f.

PEIXOTO, João. **As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas**. SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Econômica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2004, p. 04. Disponível em: <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp200411.pdf>. Acesso em 03. mai., 2005.

SARTI, Cynthia. Andersen. **Contribuições da Antropologia para o estudo da família**. Psicologia USP, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 69-76, 1992.

\_\_\_\_\_. **Parentesco e família**. Rev. ComCiência, v. 108, s/p, 2009.

WILLIAMS, Raymond. Family. Family. In: **Keywords: A vocabulary of culture and society**. Oxford: Oxford University, 1976.

WOORTMANN, K. **Migração, família e campesinato**. Revista Brasileira de Estudos de População, jan-jun 1990, pp.35-51.

ZONABEND, Françoise. Da família. Olhar etnológico sobre o parentesco e a família. In: BURGUIÈRE, André *et alli* (Dir.). **História da família**. Mundos Longínquos, Mundos Antigos. Lisboa: Terramar, p. 13-66, 1996.

Recebido em 30/07/2012 Aceito para publicação em 27/02/2013.
---